

Aviso de  
**CONTRATAÇÃO**  
**DIRETA**  
90018/2024

**CONTRATANTE (UASG)**  
160430 – 9º Regimento de Cavalaria Blindado

**OBJETO**  
Contratação de serviços de confecção de revista.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 11.838,75**

**DATA DA SESSÃO**  
De **23/07/2024**

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES**  
Das 08:00h até 14:00h

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**menor preço por item**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**SIM**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

**Sumário**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	4
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	5
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	6
4. FASE DE LANCES.....	8
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	9
6. HABILITAÇÃO.....	10
7. CONTRATAÇÃO.....	13
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	14
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
9º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO  
(2º CORPO DE TREM 28 DE SETEMBRO DE 1918)  
“REGIMENTO JOÃO PROPÍCIO”**

**(Processo Administrativo n.º 64668.004358/2024-26)**

Torna-se público que o 9º Regimento de Cavalaria Blindado, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 23/07/2024**

**Horário da Fase de Lances: 08:00h às 14:00h**

**Link:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

***Critério de Julgamento:*** menor preço

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**1.1.** O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **serviços de confecção de revista comemorativa ao centenário do Regimento**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

**2.1.** A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

- 2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
  - 2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).
  - 2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2.** Para o item, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
  - 2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.3.** Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
    - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas.

**2.4.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no

exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**3.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**3.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**3.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

**3.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.6.** Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

**3.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**3.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**3.10.** O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.11.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

#### **4. FASE DE LANCES**

**4.1.** A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances

públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**4.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.

**4.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo de Real)**.

**4.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**4.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**4.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**5.1.** Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.



- 5.2.** Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3.** Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação da proposta, o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.3.1.** Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4.** Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.4.1.** SICAF;
- 5.4.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.4.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6.** Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 5.6.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 5.6.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.6.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7.** Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade

do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

**5.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 5.8.1. conter vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**5.9.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**5.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

**5.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**5.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.9.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

**6.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**7.2.** O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**7.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**7.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**7.5.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**8.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

**8.4.** Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

**8.5.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

**8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

**8.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

**8.10.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.11.** as peculiaridades do caso concreto;

- 8.12.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 8.17.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 8.18.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.19.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.



9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**9.2.** As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**9.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**9.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**9.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**9.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**9.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**9.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**9.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**9.11.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.




**9.12.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;

9.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;

9.12.3. ANEXO III – Autorização e Despacho do Ordenador de Despesas.

São Gabriel-RS, 18 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **GIULIANO ARAGONEZ GUARIENTI**  
Data: 18/07/2024 11:52:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**GIULIANO ARAGONEZ GUARIENTI – Ten Cel**  
**Ordenador de Despesas Substituto do 9º RCB**

# Estudo Técnico Preliminar 38/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64668.004358/2024-26

## 2. Descrição da necessidade

Esse processo visa atender a demanda da Comunicação Social e melhor divulgação para o público interno e externo da revista comemorativa ao centenário do 9º Regimento de Cavalaria Blindado.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	Andrey de Andrade Fórnos

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais a serem adquiridos têm como base os parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- A contratada deverá fornecer os materiais conforme as especificações técnicas prescritas no Termo de Referência.
- Após a homologação do processo licitatório, a contratada deverá respeitar os prazos previstos no Termo de Referência no que se refere a entrega do material, após a emissão da Nota de empenho.
- A contratada deverá atender as prescrições relativas a Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 3º edição de abril de 2020, no que se refere as características sustentáveis de consumo do objeto a ser ofertado na licitação e utilização da logística de descarte adequada para o objeto.

## 5. Levantamento de Mercado

Todas as pesquisas de preços estão baseadas na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital

**JUSTIFICATIVA:** foi realizada a pesquisa com fornecedores próximos facilitando assim a logística e a melhor agilidade da entrega.

## **6. Descrição da solução como um todo**

Atender a necessidade de divulgação de revista comemorativa ao centenário do 9ºRCB.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

Estabelecida pelo comando estimativa de 1000 impressos de revistas com conteúdos referentes à data comemorativa em questão.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

A estimativa do valor da contratação está descrita conforme pesquisa de preço anexa ao processo, realizada diretamente em três empresas com CNPJ diferentes, via ofício, estimando dessa forma uma base de preço de mercado adequada e condizente.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Não há parcelamento da solução no processo em questão.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Atualmente, esta OM não tem pregão vigente com esse item, logo não há contratações correlatas.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A estimativa da quantidade, juntamente com a pesquisa de preços elaborada, está de acordo com o planejamento da OM.

## **12. Resultados Pretendidos**

Atingir o público interno e externo com conteúdos referentes ao centenário do 9º RCB.

### 13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para viabilizar a execução contratual.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Esta contratação não possui impactos ambientais.

### 15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade desta contratação encontra respaldo no atendimento aos princípios administrativos, adequações técnicas e ambie.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **ANDREY DE ANDRADE FORNOS**  
Data: 16/07/2024 14:56:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANDREY DE ANDRADE FORNOS**

Resp p/Chefe do Almoxarifado

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ARTE.pdf (6.1 MB)

## **Anexo I - ARTE.pdf**

**"O DEVER ACIMA DE TUDO"**

**MARECHAL JOÃO PROPÍCIO**



**9º RCB**



**100** Anos  
Em São Gabriel



PRINCIPAIS CANÇÕES

Canção do 9ºRCB

Letra: Capitão Alimir Alencar de Mesquita  
Música: Sônia de Faria Cunha

Nono Regimento João Propício  
Quer na paz ou quer na guerra  
Sua trajetória encerra  
Muita luta, trabalho e sacrifício

Tu ostentas um belo brasão  
Com muita galhardia  
Ele que simboliza  
A gloriosa Cavalaria

Cavalariano jamais esquecerás  
Do teu nobre e leal amigo  
O cavalo que ajudou em toda parte  
Na busca do inimigo

Rasgando campos, coxilhas e matarias  
Como faz um carro de combate  
E com entusiasmo varonil  
Destemidos estarão  
Em defesa do Brasil.

Canção da 3ª Bda C Mec

Letra: Alberico Barroso  
Música: Ataulfo Brito Fernandes

A terceira brigada potente  
Nas lições do passado buscou  
Todo arrojo e os feitos valentes  
Dos heróis que o Brasil consagrou

Homem-carro, o novo centauro  
Gigante, blindado e sucessor  
De Osorio o herói legendário  
Guia supremo força e vigor

Sentinela avançada da Pátria  
Vigilante sem nada a temer  
Sacrifício, bravura e vitória  
Nosso lema que é o nosso dever

Da logística e artilharia  
Da engenharia e comunicações  
Terás apoio em todas as missões  
Mas será sempre a cavalaria

Eia pois! Esquadrões avançar  
Pelo fogo e carga viril  
Para sempre a glória buscar  
Em defesa da pátria ao Brasil

Canção da Arma de Cavalaria

Letra: Teófilo Ottoni da Fonseca Alberico Barroso  
Música: Fanfarra do 3º de Cavalaria de Guarda

Arma ligeira que transpõe os montes  
Caudais profundos, com ardor e glória  
Estrela guia em negros horizontes  
Pelo caminho da luta e da vitória

Cavalaria, Cavalaria  
Tu és na guerra a nossa estrela guia

Arma de tradição que o peito embala  
Cuja história é de luz e de fulgor  
Pelo choque, na carga, ela avassala  
E, ao inimigo, impõe o seu valor

Cavalaria, Cavalaria  
Tu és na guerra a nossa estrela guia

Montado sobre o dorso deste amigo  
O cavalo que, altivo, nos conduz  
Levamo-lo, também, para o perigo  
Para lutar conosco sob a cruz

Cavalaria, Cavalaria  
Tu és na guerra a nossa estrela guia

De Andrade Neves e Osorio, o legendário  
E outros heróis que honram a nossa história  
Evocamos o valor extraordinário  
Pelo Brasil, a nossa maior glória!

Cavalaria, Cavalaria  
Tu és na guerra a nossa estrela guia

Sumário

- PALAVRAS DO COMANDANTE.....01

- RESUMO DA HISTÓRIA DO REGIMENTO .....02

- GALERIAS DE COMANDANTES .....08

- HISTÓRIA DO PATRONO DO REGIMENTO.....10

- REGISTRO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO  
AQUARTELAMENTO DO 9ºRCB .....12

- LINHA DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO REGIMENTO .....14

- A INTEGRAÇÃO DOS ESPORTES EQUESTRES  
DO REGIMENTO COM SÃO GABRIEL.....16

- A INTEGRAÇÃO DO REGIMENTO COM A CULTURA  
LOCAL POR MEIO DO CTG LENÇO VERDE .....18

- A INTEGRAÇÃO HISTÓRICA DO FUTEBOL PRATICADO  
PELO REGIMENTO EM SÃO GABRIEL .....21

- RESUMO DA HISTÓRIA DE SÃO GABRIEL .....23

- PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS DE SÃO GABRIEL.....24

- DEMAIS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO  
SEDIADAS EM SÃO GABRIEL .....27

- PRINCIPAIS CANÇÕES .....29



GEN EX **TOMÁS** MIGUEL RIBEIRO PAIVA  
**COMANDANTE DO EXÉRCITO BRASILEIRO**  
GEN EX **HERTZ** PIRES DO NASCIMENTO  
**COMANDANTE DO COMANDO MILITAR DO SUL**  
GEN DIV **JULIO CESAR PALÚ BALTIERI**  
**COMANDANTE DA 6ª DIVISÃO DO EXÉRCITO**  
GEN DIV **ANYSIO LUIS CRESPO ALVES NEGRÃO**  
**COMANDANTE DA 3ª REGIÃO MILITAR**  
GEN **BDA TALMO** EVARISTO DO NASCIMENTO  
**COMANDANTE DA 3ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA**  
TEN CEL **CAMILO** AUGUSTO DE LIMA MOTA  
**COMANDANTE DO 9º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO**

**EDITOR**  
**CAMILO** AUGUSTO DE LIMA MOTA - Ten Cel  
Comandante do 9ºRCB

**CORPO REDATORIAL**  
**CAMILO** AUGUSTO DE LIMA MOTA - Ten Cel  
Comandante do 9ºRCB  
**LEONARDO** SOARES **DIAS** - Cap  
Oficial de Operações / 9ºRCB  
**WILIAM** RAMBORGES **GOULART** - Cap  
Fiscal Adm / 9ºRCB  
**JEAN** CARLOS BUENO - 1º Ten  
Comandante do Pel Com / 9ºRCB

**DIAGRAMAÇÃO**  
**FELIPE** DE **SOUZA** PEREIRA - Cb  
Auxiliar da Seq Com Soc / 9ºRCB  
**MIKAEL** **EXPEDITO** KAEFER - Sd EV  
Auxiliar da Seq Com Soc / 9ºRCB

**PROJETO GRÁFICO**  
**FELIPE** DE **SOUZA** PEREIRA - Cb  
Auxiliar da Seq Com Soc / 9ºRCB  
**MIKAEL** **EXPEDITO** KAEFER - Sd EV  
Auxiliar da Seq Com Soc / 9ºRCB

**REVISÃO GERAL**  
**JAIME** TADEU BARBOSA VIVIAM JÚNIOR  
Professor, Historiador Militar e Presidente do Núcleo de Pesquisas  
Históricas Tarcísio Taborda - Bagé-RS  
**BERALDO** SANTANA FIGUEIREDO  
Professor e Curador do Museu Nossa Senhora do Bom Fim

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas  
matérias assinadas são de exclusiva  
responsabilidade dos autores, não refletindo  
necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro.  
A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes  
estejam devidamente citadas.  
Salvo expressa disposição em contrário,  
é permitida a reprodução total ou parcial das matérias  
publicadas, desde que mencionados o  
autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações  
nacionais ou estrangeiras.





A origem da 13ª Companhia de Comunicações Mecanizada está ligada à 2ª Companhia de Transmissões, do 1º Batalhão de Transmissões, sediado na Vila Militar do Rio de Janeiro. Deste Batalhão surgiu a 14ª Companhia Independente de Transmissões, sediada em Natal, RN, criada em 31 de outubro de 1942.

Após o término da 2ª Guerra Mundial, os integrantes, a carga e os recursos financeiros da 14ª Companhia Independente de Transmissões foram transferidos para São Gabriel, RS, vindo a constituir o 3º Batalhão Motorizado de Transmissões.

O local de instalação da Companhia possui um importante peso histórico. Em 1843, durante a revolução farroupilha, o General Luis Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, determinou a construção do “Forte Caxias” em São Gabriel. Este forte foi demolido em 1880 e sobre as suas bases foi erguido o quadrilátero que, atualmente, abriga a 13ª Companhia de Comunicações Mecanizada.

Em 1953, acompanhando o surgimento da nova arma de Comunicações, a subunidade passou a chamar-se 13ª Companhia de Comunicações, e, em 8 de julho de 2005, recebeu a denominação de 13ª Companhia de Comunicações Mecanizada.

Em 8 de junho de 1999, foi concedida à 13ª Companhia de Comunicações a denominação histórica de “Companhia Praça Forte de Caxias” em reconhecimento do Exército à importância e influência do histórico local, além de prestar justa homenagem ao Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro.

Fonte:  
Revista Histórica dos 100 Anos do Quartel-General do Comando da 3ª Bda C Mec



*Palavras do Comandante*

Prezados leitores, aqui estamos, exatamente no ano em que completamos 100 anos da chegada do então 14º Regimento de Cavalaria Independente (14ºRCI) a São Gabriel-RS, inebriados pelos mesmos ideais de bravura e coragem dos pioneiros guiados pelo Tenente Cel Cav MANOEL FRANCISCO DA SILVA CALDAS, primeiro Comandante do nosso glorioso Regimento a ocupar a sua nova sede na Terra dos Marechais, a 9 de julho de 1924. Da mesma forma, este mesmo Comandante, também foi o responsável pela assinatura do primeiro Boletim Interno, após a mudança de denominação para 9º Regimento de Cavalaria Independente (9ºRCI), dois dias após a sua memorável chegada a este nobre chão.



Dispenso-me, neste momento, de me apreender somente a fatos históricos, pois esse privilégio ficará para os nossos historiadores, que certamente registrarão nas próximas páginas, com precisão, a série histórica marcante desta grandiosa Organização Militar em São Gabriel.

Deter-me-ei, por enquanto, à emoção de rejubilarmos em participar de mais essa passagem histórica marcante do 9º Regimento de Cavalaria Blindado (9º RCB) em São Gabriel, município que o acolhe afetuosamente por mais de um século. Digo isso porque tenho a absoluta certeza de que o Regimento de 100 anos atrás é o mesmo Regimento de hoje, ou seja, pertencente ao mesmo Exército, ao mesmo Povo Brasileiro e sendo feito para servir a esse Povo, pregando sempre os mesmos valores. Assim, o maior objetivo do 9ºRCB, alinhado com os objetivos da Força Terrestre, é atender os anseios da sociedade brasileira, sempre começando com a sua servidão perene à comunidade gabrielense.

Nesse sentido, as entregas do 9º RCB, ao longo de mais de um século à cidade de São Gabriel-RS e ao País, são vastas. Elas permeiam desde a presença do seu “BRAÇO FORTE”, no que se refere à defesa da Nação e à manutenção do seu território (formando inúmeros reservistas), até o alcance de atuação da sua “MÃO AMIGA”, hoje consubstanciada no amplo apoio à comunidade local e regional, tanto no que se refere às demandas públicas e sociais (arrecadação e entrega de doativos, doação de sangue, descontaminação, vacinação, equoterapia), quanto nas missões de apoio à Defesa Civil (combate à enchentes, à dengue, limpeza de instalações, remoção e recolhimento de destroços, etc.).

Cabe ainda destacar a participação constante do Regimento em missões de grande vulto internacional e nacional, tais como a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), as Forças de Pacificação no Rio de Janeiro-RJ (Op ARCANJO e SÃO FRANCISCO), a Segurança dos jogos da COPA DO MUNDO e das OLIMPÍADAS, assim como o seu brilhante desempenho nas Operações ACOLHIDA e TAQUARI 2, onde o “Regimento João Propício” representou com excelência São Gabriel e região, repercutindo positivamente dentro e fora do País, pois levou consigo e para longe o perfil aguerrido e humanitário dos soldados gabrielenses e gaúchos.

Parabéns ao 9ºRCB pelos seus 100 anos de história em São Gabriel e região! Pelo seu legado de vitórias e de dádivas ao Brasil e ao Povo Gaúcho! Que essa data se renove sempre e, com ela, os mesmos ideais, princípios e valores de nossos antepassados, a serem cultuados pelas gerações atuais e futuras.

Que o Senhor dos Exércitos continue a iluminar o seu futuro!

**“ O DEVER ACIMA DE TUDO ”  
AÇÃO! EM DEFESA DA PÁTRIA! BRASIL!**



RESUMO DA HISTÓRIA DO 9º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO  
“Regimento João Propício”

A 9 de julho de 2024, o 9º Regimento de Cavalaria Blindado (9ºRCB) registrou o centenário da sua chegada em São Gabriel-RS. Ao longo desses 100 anos de permanência na Terra dos Marechais, verifica-se uma imensa contribuição do Regimento para a defesa da Nação e para a manutenção do seu território, bem como para o avanço cultural e social dessa nobre região do Brasil.

Comemorar esta efeméride exige não somente ressaltar a importância da presença e da valorização deste aquartelamento tão glorioso e querido por São Gabriel, mas também lembrar que antes de pertencer definitivamente a este rincão, foi em curto espaço de tempo precedido de vários títulos designativos. Assim, sua criação remonta a 25 de fevereiro de 1915, quando foi instituído com a denominação de 2º Corpo de Trem.



No entanto, sua efetiva implantação ocorreu somente em 28 de setembro de 1918, quando foi inaugurado na fazenda Monte Bello, em Juíz de Fora-MG, com o mesmo nome. Sem nem passar um ano desse último título, a 2 de julho de 1919, passou a denominar-se 4º Corpo de Trem e, a 31 de dezembro de 1921, mudou sua denominação para 14º Regimento de Cavalaria Independente (14ºRCI).

Como é sabido, o tempo e o espaço são dimensões que nos remetem ao passado, ao presente e apontam o futuro, em diferentes contextos e lugares.



Sob essa perspectiva, passaremos a viajar agora ao longo desses 100 anos de história do Regimento em São Gabriel rapidamente, porém com a intensidade necessária.

Desse modo, o passeio que se iniciará nas próximas linhas, pretende avançar no tempo partindo de há exatos 100 anos, percorrendo um pouco sobre os fatos e as participações históricas mais relevantes do 9ºRCB.

Imaginemos que estamos no ano de 1924. As ferrovias já cortam o estado do Rio Grande do Sul. São Gabriel já possui energia elétrica. Cavalos e carroças predominam nas ruas, assim como os primeiros automóveis são vistos na cidade. Tijolos são produzidos nas olarias locais, porém alguns materiais de construção, como portas e janelas de madeira nobre, pisos de cerâmica portuguesa e mármore, têm que ser trazidos da capital do estado. Nesse cenário, a nova sede do aquartelamento do 14º RCI, que tinha iniciado suas construções em 1922, e fazia parte dos 20 quartéis chamados desmontáveis (por serem adquiridos na França pelo então Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras), mesmo inacabada, mas inebriada pelo cheiro de nova, recebe a chegada do seu novo contingente às 17h e 30min do dia 9 de julho de 1924.



DEMAIS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO SEDIADAS EM SÃO GABRIEL



O 6º Batalhão de Engenharia de Combate (6º BE Cmb), “Batalhão José Carlos de Carvalho”, foi criado em 1º de abril de 1943. Inicialmente, e de forma provisória, instalou-se no quartel do 1º Batalhão de Engenharia, no Rio de Janeiro-RJ, então capital do Brasil, organizando-se em pessoal, material e equipamento.

No final de maio do mesmo ano, seguiu do Rio de Janeiro para Porto Alegre por via ferroviária, chegando à capital gaúcha em 2 de junho do mesmo ano, ocupando as atuais instalações do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas – Regimento Osorio.

Em 1947 teve sua denominação modificada para 6º Batalhão de Engenharia, e em 30 de novembro de 1958 recebeu sua atual denominação.

Em 31 de outubro de 1968 foi transferido para a cidade de São Gabriel, “A Terra dos Marechais”, passando a ocupar as instalações do extinto 3º Regimento de Cavalaria Motorizado, o mais antigo do Rio Grande do Sul, cuja construção remonta o ano de 1846. No entanto, ao longo da existência do “Quartel Velho”, consagraram-se nele uma plêiade de valorosos e brilhantes Oficiais do Exército Brasileiro, com larga projeção de serviços prestados ao País. Devido a essa gama de Oficiais que de uma forma ou de outra estiveram integrados ao “Quartel Velho”, este foi denominado de “Caserna de Bravos”, por onde passaram Sampaio, Mallet e Osorio, heróis da história do Exército Brasileiro.

A 17 de julho de 1981, o 6º BE Cmb recebeu a designação histórica “Batalhão Tenente-Coronel José Carlos Carvalho”, em homenagem ao Chefe da Comissão de Engenheiros na Guerra do Paraguai, cujos feitos inspiram e estão retratados em seu Estandarte Histórico, aprovado em 31 agosto de 1989.

Além disso, também pela história rica, coroada de êxito, construída por militares abnegados, que perpetuaram a tradição e as virtudes, o 6º BE Cmb é reconhecido no seio da Força Terrestre como a “Caserna de Bravos”.

Fonte: <https://3de.eb.mil.br/index.php/todas-as-noticias/1819-memoria-da-guarnicao-6-be-cmb>

Revista online



9rcb\_exercito

9rcb\_exercito

<https://9rcb.eb.mil.br/>



Sítio onde tombou Sepé Tiarajú



Segundo o historiador gabrielense General Ptolomeu de Assis Brasil, o Chefe Missioneiro teria tombado nas cabeceiras da Sanga da Bica, riacho esse que corre junto e paralelo à cidade, limitando-a ao sul. Sepé Tiarajú, por ter sido um grande líder guaraní na luta contra os colonizadores portugueses, é venerado pela população de São Gabriel, que inclusive possui o Distrito de Tiarajú, em homenagem ao grande líder. Em 2002, no local da sua morte, foi inaugurada uma oca e uma placa alusiva a sua morte com a frase em guarani “Alto lá! Esta terra tem dono”.

Monumento ao Arcanjo São Gabriel



Localizado na lateral da avenida Presidente Getúlio Vargas, ao lado do Quartel da 13ª Cia Com Mec, a estátua do Arcanjo São Gabriel foi inaugurada em 24 de dezembro de 1962, na gestão do prefeito Gastão Álvaro Pereira dos Santos, como resultado de um trabalho de arrecadação de uma Comissão Pró-Monumento do Arcanjo, presidida pela produtora rural Celina Barbosa Rodrigues.

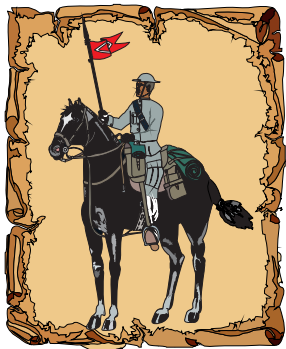
O anjo Gabriel é um dos três únicos anjos mencionados pelo nome na Bíblia Sagrada e é reverenciado pelas três principais religiões monoteístas do planeta (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo).

Fonte:

<https://www.saogabriel.rs.gov.br/turismo/pontos-turisticos/446>



A 11 de julho de 1924, dois dias após ter desembarcado em São Gabriel e ocupado a sua nova sede, ainda em construção, o 14º RCI passou a denominar-se 9º Regimento de Cavalaria Independente (9ºRCI). A palavra “Independente” significava que a Organização Militar (OM) pertencia a uma Divisão de Cavalaria (DC), sendo que o 9º pertencia à 3ª DC, que já tinha sede em Bagé, como a sua atual sucessora, a 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Desse modo, nascia o seu título numérico permanente (9º), ou seja, um numeral que haveria de envolvê-lo numa áurea popular, de amor e tradição, decorado pelos louros de glórias imorredouras.



O 9ºRCI, desde que se originou em São Gabriel (1924), tomou parte em todos os movimentos armados do estado do Rio Grande do Sul e do País. Desse modo, na década de 1920, tanto civis como militares viviam uma sensação de convulsão nacional, em que a política estava em efervescência com as facções partidárias, digladiando-se em busca do poder.



Com a deflagração da Revolução de 1930, o 9ºRCI passou a tomar parte ativa na preparação dessa revolta, partindo para Jaguariá-PR e depois seguindo para a frente de combate em Itararé-SP, onde localizava-se a principal linha de frente dos governistas. Da partida até o retorno, foram 42 dias de significativa participação do Regimento para colocar Getúlio Vargas no poder, demonstrando possuir elevada capacidade de mobilização e de provimento dos seus meios em uma das revoluções mais importantes da História da Nação.

Em 1932, o 9º RCI, assim como lutou para colocar Getúlio Vargas no poder, lutou para a manutenção do seu governo durante a Revolução Constitucionalista, demonstrando acima de tudo, coerência. Nos campos paulistanos, o Regimento sangrou em combates fratricidas, lutando bravamente durante 3 meses contra heroicos revolucionários.



Ao final, após evidenciar extrema aptidão para o combate e conhecimento elevado do terreno em São Paulo, retornou vitorioso, merecendo as maiores exaltações.

Em 1937, o 9º RCI recebeu a denominação histórica de “Regimento João Propício”, em homenagem aos inestimáveis serviços prestados pelo bravo Marechal João Propício Menna Barreto.



O Patrono do Regimento combateu em diversas guerras no século XIX, desde a Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), Revolução Farroupilha (1835 - 1845), Guerra do Prata (1851 – 1852) até à Guerra do Uruguai (1864), quando, como Comandante do Exército do Sul, conquistou Paysandu e ocupou Montevidéu, o que acarretou na deposição de Aguirre.

Tal denominação histórica não poderia ser mais justa e evidente, já que as qualidades de intrepidez, coragem e espírito de renúncia do seu Patrono, remetem exatamente à grandeza, ao respeito e à admiração perene dessa personalidade atribuída ao Regimento.



A 7 de setembro de 1939, foi realizada pelo Comandante do 9ºRCI (Maj Francisco de Paula Edge Mendonça), bem como pelas mais altas autoridades da Guarnição e do município, uma romaria ao Mausoléu do Marechal João Propício Menna Barreto no cemitério local, onde foram prestadas as mais reverentes homenagens ao ínclito Soldado do Brasil.

Em 1941, ou seja, em menos de 4 anos depois da sua Denominação Histórica, o Regimento recebeu, mediante Decreto, a criação do seu Estandarte Histórico, que possui o Escudo das Armas do 2º Barão de São Gabriel, Patrono do Regimento. Assim, a Unidade passou a ter oficialmente a sua bandeira de guerra, representando a insígnia da sua corporação militar como um guia.



Em 1945, o 9ºRCI foi chamado a colaborar com o esforço de mobilização nacional para compor a Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a 2ª Guerra Mundial. Para atender esse pleito da Pátria, o Regimento enviou alguns militares, sendo que todos os veteranos enviados retornaram vivos e vitoriosos da guerra.

A 14 de maio de 1946, a OM teve novamente a sua denominação alterada, agora para “9º Regimento de Cavalaria” (9ºRC), a partir de 1º de julho daquele ano. Não houve nenhuma mudança na estrutura e na organização da Unidade, sendo que esta continuou subordinada à 3ª DC, mesmo sendo suprimido a palavra “Independente” do seu título.

Em 31 de outubro de 1968, quando foi confirmada por meio de decreto a transformação do 9º, de hipomóvel para blindado, foi também confirmada a movimentação dos seus animais de montaria. Assim, a contar de 1º Jan 1969, esta Unidade recebeu a denominação definitiva de “9º Regimento de Cavalaria Blindado”, sendo que em maio desse mesmo ano foi também determinada a extinção do 3º Regimento de Cavalaria Motorizado (3ºRC Moto), OM sediada em São Gabriel desde 1940, bem como a transferência do seu pessoal e material para o 9º RCB.



Durante essa transferência, em decorrência do processo de modernização do Exército, a transformação do regimento de cavalaria em regimento de cavalaria blindado se deu num contexto de evolução, ditado pelo combate moderno, o qual se caracterizou pelo recebimento das VBTP M113 do 3ºRC Moto e dos CC M3 A1 Stuart (perereca) das unidades militares de Santo Ângelo e de Porto Alegre.



Em 1972, os CC M3 Stuart foram transferidos para o 6º RCB (Alegrete) e em 1973, o Regimento recebeu as VBC CC – M4 A1 Sherman, importadas dos EUA e oriundas do 1º RCC (Rio de Janeiro-RJ). Os Shermans se prestaram aos serviços operacionais e de instrução no 9º RCB de 1973 a 1988, ou seja, por cerca de 15 anos, quando foram retirados do seu emprego.

Entre 1981 e 1983, durante o Comando do Cel Carlos Eurico Meyer de MESQUITA, foi criada a Canção do Regimento, que tem a letra composta pelo Capitão Alamar Alencar de MESQUITA, pai do Cel MESQUITA, bem como a música de autoria da Senhora Sônia de Faria Cunha, trineta do Marechal João Propício e de Dona Francisca Palmeiro Pinto da Fontoura.

Residência do Marechal João Propício Menna Barreto



O Barão de São Gabriel a construiu em 1859, antes de comandar o Exército do Sul na marcha contra o Uruguai, a fim de pacificá-lo. Faz parte de um universo de belos casarões arquitetônicos muito bem conservados em torno da praça principal da cidade (Praça Doutor Fernando Abbott). Em sua residência, o Marechal João Propício, já acamado devido à tísica, recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II em 31 de agosto de 1865. Posteriormente, também foi velado nela, após sua morte em 9 de fevereiro de 1867.

Igreja Matriz



Teve sua pedra fundamental lançada em 14 de março de 1863, pelo então General João Propício Menna Barreto, futuro Barão de São Gabriel e, por Antônio Martins da Cruz Jobim, Barão do Cambaí. A construção levou muitos anos para ser finalizada em função da pequena população da cidade à época. A partir de 1908, o Monsenhor Henrich Rech agilizou os trabalhos de conclusão da obra, que foi inaugurada em 07 de dezembro de 1924.

Loja Maçônica Rocha Negra Nº 1



Foi fundada no dia 29 de junho de 1873, sendo seu primeiro venerável o Doutor Jonathas Abbott Filho, que se destacou pelo importante papel que desempenhou na campanha abolicionista, pois em setembro de 1884 não havia mais escravos no município. O prédio foi inaugurado em 1885 e abriga mobiliário e rica biblioteca daquela época, como a cadeira e o avental usados pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca quando se iniciou na Maçonaria, durante o período que serviu em São Gabriel.

# SAGAVE

## Parceiro Pampeiro



sagavesg



PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS DE SÃO GABRIEL

Os principais pontos turísticos de São Gabriel são os museus, que abrigam diversas quantidades de objetos e fotografias de diferentes épocas históricas, bem como elementos da II Guerra Mundial, tornando o passeio nesses acervos muito enriquecedores.

Museu Gaúcho da Força Expedicionária Brasileira (FEB)



Está localizado em um edifício de 1906, antiga Estação Férrea da cidade. Inaugurado em 1980, o museu preserva mais de 3 mil peças trazidas da Itália e da Alemanha pelos pracinhas. Além de ser considerado o segundo maior acervo da II Guerra Mundial na América Latina, atualmente acolhe o material do Museu João Pedro Nunes, que é um dos maiores acervos particulares, abrangendo armamentos, documentos, aparelhos de comunicação e vestimentas. Sua curadora atual é a Sra CAMILA PEREIRA TAVARES.

Museu da Igreja Nossa Senhora do Rosário do Bonfim



Conhecido popularmente como Igreja do Galo, é outro local que conserva muitos itens históricos, sendo que já recebeu figuras ilustres, como o Imperador Dom Pedro II. A sua construção foi o 1º templo de alvenaria levantado na cidade, no ano de 1817, sendo atualmente tombado pelo IPHAN. O nome surgiu porque originalmente havia um galo de bronze na cúpula, que foi roubado em 1985. No museu estão expostos objetos da II Guerra Mundial, esculturas da época dos jesuítas, armamentos e até mesmo fósseis de dinossauros, descobertos em terras do município. Seu curador atual é o Sr BERALDO SANTANA FIGUEIREDO.

Prédio do Palácio Plácido de Castro



Sede do Poder Executivo municipal. Inaugurado em 15 de novembro de 1922, durante a administração do Cel Francisco Hermenegildo da Silva. Tem estilo arquitetônico Neo-Clássico com influência positivista. No estilo Capitólio o prédio não sofreu alteração na sua estrutura arquitetônica, recebendo apenas pintura no decorrer de sua história.

Prédio da Secretaria de Turismo (Sobrado da Praça)



Provavelmente construído em 1826 por Francisco José de Carvalho, um dos fundadores da cidade. Abrigava, em 1835, o 3º Corpo de Cavalaria Imperial. Foi nele que Tomás Ferreira Vale hospedou o Imperador Dom Pedro II quando este esteve em São Gabriel, no ano de 1846, para conhecer o povo gaúcho que, durante tantos anos havia lutado na Revolução Farroupilha. É um dos prédios mais antigos da cidade, sendo tombado pelo IPHAN.

Acompanhando a evolução dos blindados do Exército Brasileiro (EB), o Regimento recebeu, a partir de 1989, os CC M41 Walker Bulldog. No Brasil, essa viatura havia sido repotencializada em 1978 pela Empresa Bernardini, sob o controle do Centro Tecnológico do Exército, conferindo ao blindado uma maior sobrevida.



Com isso, o Regimento possuiu e utilizou este carro até o ano de 2012, quando uma parte destes foi alienada e vendida para a Metalúrgica Gerdau, sendo que a outra parte foi doada ao Exército Uruguaio em 2022.



A 28 de setembro de 1993, durante o Comando do Coronel Evandro SOARES e, aos 75 anos de criação do 9ºRCB, em solenidade especial, devidamente autorizado pelos descendentes, foram transladados os restos mortais do Marechal João Propício Menna Barreto, do cemitério municipal para o Panteão construído em homenagem ao Patrono no interior do Regimento.

Em 23 de abril de 2007, foi criada a Medalha João Propício, por solicitação do seu Comandante (TC RICARDO Marcos) à Diretoria da Consultoria Nacional de Outorgas, a fim de reverenciar os 70 anos do decreto que instituiu o Marechal João Propício como Patrono do 9ºRCB. Tal medalha é destinada a agradecer e premiar autoridades, pessoas e entidades que, de alguma forma, tenham contribuído com o 9ºRCB e com o desenvolvimento dos valores cívicos do Exército Brasileiro.



Em 2011, o 9ºRCB participou durante 6 meses, com um Pelotão de Fuzileiros, da Missão de Paz da ONU no Haiti – MINUSTAH, integrando o BRABAT 2/14. Durante a missão, o Pelotão ARUÁ foi empregado em diversas ações operacionais, tais como a segurança da Companhia de Engenharia Boliviana e a segurança das eleições presidenciais, realizando diversas patrulhas e escoltas, assim como ações cívico-sociais, reconhecimentos, buscas, apreensões e prisões de traficantes, entre outras.

Em 2012, o 9ºRCB participou durante três meses, com um Comando de SU e dois Pelotões de Fuzileiros da Operação ARCANJO VI – Força de Pacificação do Complexo do Alemão e da Penha, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, juntamente com tropas do Comando Militar do Sul. Durante a missão, a Subunidade teve a oportunidade de ajudar a pacificar as comunidades de Caracol, Chatuba e Grotão.



Em 2013, o 9ºRCB recebeu os Leopard 1A1 em substituição aos CC M41 Walker Bulldog. De fabricação alemã, o Leopard 1A1 é considerado (junto ao M60) o primeiro tanque de guerra pesado adquirido pelo Exército Brasileiro. Equipado com um canhão 105mm e duas metralhadoras 7,62mm, pode chegar a uma velocidade de 65km/h, sendo ainda considerado um potente antitanque devido a sua blindagem de 70mm.



Em 2014, o 9ºRCB participou durante um mês, com dois Esquadrões a três Pelotões cada um, da Segurança dos Jogos da Copa do Mundo em Porto Alegre-RS, compondo a Força de Contingência Pampa Sul (FORCOPAS). Durante a missão, uma subunidade ficou responsável pela segurança de algumas infraestruturas estratégicas da cidade, enquanto a outra pelas ações de combate ao terrorismo.



Em 2015, o 9ºRCB participou durante quatro meses, com um Comando de SU e um Pelotão, da Operação São Francisco VI, compondo a Força de Pacificação do Complexo de Favelas da Maré no Rio de Janeiro-RJ. Durante a missão, a tropa ficou responsável pela preservação da ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, contribuindo pelo restabelecimento da paz social naquela região.

Em 2016, o 9ºRCB participou durante dois meses, com um Grupo de Combate (GC) atuando na Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro-RJ. Durante a missão, o GC atuou compondo frações da Proteção de Estruturas Estratégicas e da Força de Contingência, organizadas pelo Coordenador Geral de Defesa de Área do Rio de Janeiro-RJ (CGDA-RIO).



Neste mesmo ano, o Regimento também participou com um Grupo de Operações (GO) de Fuzileiros Blindados em outra Missão de Paz da ONU no Haiti – MINUSTAH, integrando agora o BRABAT 23. No decorrer dessa importante missão, o GO do 9ºRCB realizou ações similares às desempenhadas pelas demais tropas que os antecederam.

Ainda no ano de 2016, foi criado o Livro do 9ºRCB, escrito pelo seu Comandante (Cel Cav Evandro Itamar LUPCHINSKI) e pelos seus co-autores (Cel Inf Vet Luiz Ernani CAMINHA Giorgis e ST Cav Vet OSÓRIO Santana Figueiredo). Tal obra teve por finalidade registrar a história da Unidade de quase um século de existência, bem como homenagear o EB, São Gabriel, seus concidadãos, a família do Patrono – João Propício – e os atuais e ex-integrantes do Regimento.



Em 28 de setembro de 2018, no Comando do Cel Marcos ESPELLET Menezes, o 9ºRCB completou 100 anos de implantação, data em que é comemorado seu aniversário, quando foi instalado na Fazenda Monte Bello, em Juiz de Fora-MG. Nesta oportunidade, foram lançados o Selo Comemorativo e o Carimbo Oficial do Regimento pelos Correios, bem como uma Placa Comemorativa à Data.

Em 2019, em substituição às VBC CC Leopard 1A1, o Regimento passou a receber as VBC CC Leopard 1A5, mais modernas e mais atualizadas do que os primeiros Leopards recebidos. Com isso, esses atuais carros de combate aperfeiçoaram a capacidade de combate noturno e sob mau tempo, efetuando disparos contra alvos em movimento.



### RESUMO DA HISTÓRIA DE SÃO GABRIEL

"A história de São Gabriel inicia em 1800, quando o naturalista espanhol Félix de Azara, ao chegar ao Cerro do Batovi, funda a primeira povoação, de origem espanhola. Em 4 de abril de 1846, já no seu atual local - antiga Sesmaria do Trilha, com colonização portuguesa, foi elevada a categoria de vila, com a instalação da Câmara de Vereadores, sendo considerada a data de aniversário de emancipação."

#### NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Em 1840, foi Capital da República Riograndense. No ano de 1841, ao deixar a revolução, Giuseppe Garibaldi rumo ao Uruguai passa por São Gabriel, "tropeando" 900 cabeças de gado, como pagamento de seus 04 anos de serviços prestados aos farroupilhas. E a seu lado e a cavalo, duas grandes lembranças do Brasil: sua heróica Anita e, em seu colo, seu filho Menotti.

Com a Lei Provincial n.º 8 de 04 de abril de 1846, SÃO GABRIEL foi elevada a categoria de município, com a instalação da Câmara de Vereadores, cujo presidente exercia o Poder Executivo.

SÃO GABRIEL historicamente é ligada às armas, TERRA DOS MARECHAIS, como é chamada, já que aqui nasceram os Marechais João Propício Menna Barreto, Fábio Patrício de Azambuja, o Presidente da República Hermes Rodrigues da Fonseca e João Batista Mascarenhas de Moraes, o Comandante da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, durante as batalhas na Itália. Outros militares gabrielenses fizeram parte da história nacional, como o Coronel José Plácido de Castro, o desbravador que conquistou o Acre.

A vocação militar conviveu pacificamente com a Poesia e outras artes, projetando para o Brasil o gabrielense Alcides Maia, o primeiro Gaúcho admitido na Academia Brasileira de Letras e o Padre Leonel Franca, teólogo fundador da PUC do Rio de Janeiro.

A história política do município conta com personagens como o Castilhistas Fernando Abbott, Presidente do Estado e o Embaixador Francisco de Assis Brasil, fundador e líder do Partido Libertador.

SÃO GABRIEL é considerada o último reduto dos Carreiros, o mais antigo meio de locomoção inventado pelo homem.

#### A ORIGEM DO NOME DA CIDADE

Quando se pronuncia o nome "São Gabriel" naturalmente atenta-se somente sobre o nome do município, pouco sobre sua origem, ou como tivera sido escolhido. O nome do município (São Gabriel) aqui no Rio Grande do Sul é uma homenagem ao Vice-Rei do Rio da Prata em 1800, Dom Gabriel.

Isso ocorreu quando Dom Félix de Azara fundou a primeira São Gabriel nessa data, no local chamado ainda hoje de Distrito do Batovi, como conta a história. Nesse local havia nessa época um posto avançado com oito homens que cuidavam da cidade ora fundada.



Figura 4



Em 1947, o Grêmio Sportivo Militar foi substituído pelo, então fundado, G.E. Minuano (Figura 5).

Figura 5



Sempre ativo nos campeonatos municipais, conquistou o título em 1951, celebrando sua vitória com uma festa na cidade e um amistoso contra a equipe do Riograndense F.C. de Santa Maria. Esse jogo foi histórico por ser a primeira transmissão de futebol na Rádio São Gabriel.

O G.E. Minuano teve contribuição essencial para o desenvolvimento do futebol em São Gabriel, fortalecendo o tecido esportivo local, ajudando a pavimentar o caminho para a chegada de times profissionais como o E.C. Cruzeiro, o G.E. Gabrielense e o São Gabriel F.C.

Embora o nome G.E. Minuano tenha desaparecido gradualmente, as equipes atuais do 9º RCB continuam a tradição esportiva, participando de competições locais e militares.

Em 2023, o time dos sargentos conquistou o título da Liga Empresarial Gabrielense, vencendo o ANSUS por 3 a 1 (Figura 6).

Figura 6



Nas competições esportivas militares, o time dos Cabos e Soldados sagrou-se campeão em março de 2024, ao vencer o 3º RC Mec por 3 a 2, nos Jogos Desportivos da 3ª Bda C Mec (Figura 7).

Figura 7



Além das competições militares, o 9º RCB promove atividades esportivas semanais em conjunto com os veteranos e os amigos civis de São Gabriel. Esses encontros, realizados todas as segundas-feiras no bravo Campo “Mimoso” da OM, visam promover o convívio fraterno entre os militares da ativa, civis e os que já serviram no Regimento, bem como em outras unidades da cidade (Figura 8).

Figura 8



Essa interação não apenas preserva os valores e cultua as tradições militares, mas também fortalece os laços de amizade e a integração com a sociedade gabrielense. Além disso, eleva a coesão e a camaradagem, reavivando o espírito de corpo da Instituição.

A demonstração desse compromisso com o passado e com o presente ressalta o papel vital do 9º RCB, não apenas como uma força militar, mas também como um símbolo de excelência no desenvolvimento do futebol e de integração na comunidade de São Gabriel.

FONTE:  
TAVARES, Nilo Dias. 100 anos de futebol em São Gabriel. 1. ed. São Gabriel: Edições Evangélicos, 2011; Arquivos do 9ºRCB e relatos dos seus integrantes.



Neste mesmo ano (2019), o 9ºRCB participou durante 4 (quatro) meses, com 1 (um) Comando de Unidade e o efetivo aproximado de 1 (uma) SU, da Operação ACOLHIDA - 6º Contingente da Força Tarefa Logística Humanitária em Boa Vista, estado de Roraima.



Durante a missão, atuou recepcionando, identificando, triando, imunizando, acolhendo e realocando venezuelanos em situação de vulnerabilidade, decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária em seu país de origem.

Em 2020, o 9ºRCB participou durante cerca de dois meses, com um Comando de Unidade e um efetivo de cerca de uma SU, da Operação COVID19 em Porto Alegre-RS. No decorrer da missão, atuou como força de apoio às ações de mitigação dos impactos do CORONAVÍRUS, ficando em condições de realizar ações militares preventivas de apoio aos órgãos de saúde e de segurança pública, adotando medidas de precaução recomendadas.



Em 2021, em substituição às VBTP M113-B, o 9ºRCB recebeu as VBTP M113-BR, mais modernas e atualizadas do que as primeiras VBTP M113 recebidas. Com um outro conjunto de força e um reforço na suspensão, além de outras alterações, as VBTP M113-BR aumentaram a sua potência, conseguindo acompanhar as VBC CC Leopard 1A5 em combate.

Em 2024, o 9ºRCB participou com o seu Comando e Estado-Maior (≈ 1 mês), mais o efetivo de 1 SU (≈ 3 meses), da Op TAQUARI 2, em Eldorado do Sul e Porto Alegre (RS). Nesta missão, atuou como Força-Tarefa de Ajuda Humanitária às populações destas duas cidades, que foram duramente afetadas pelas cheias dos rios JACUÍ e GUAÍBA.



Em 09 de julho de 2024, durante o atual Comando, o 9ºRCB completou 100 anos da sua chegada em São Gabriel-RS, quando o então 14º RCI foi efetivamente aquartelado em sua nova sede, a exatamente 1 (um) século. Para marcar esta efeméride, foram inauguradas a Linha da sua Evolução Histórica, a sua Revista Comemorativa e a sua Placa Alusiva à Data.

Conforme abordado anteriormente, a partir de 2011, os militares do 9ºRCB participaram de várias missões de relevância nacional e internacional para o EB, tanto em Operações de Paz, como de Cooperação e Coordenação com Agências, destacando-se as de Ajuda Humanitária.

Atualmente, o Regimento é composto por uma Base Administrativa, dois Esquadrões de Carros de Combate, dois Esquadrões de Fuzileiros Blindados e um Esquadrão de Comando e Apoio, se caracterizando por possuir todos os elementos necessários ao combinado CC-Fuzileiro, no qual reside o poder de combate da tropa blindada.

Como tradicional Unidade da 3ª Bda C Mec, o 9º RCB sempre esteve e sempre estará pronto para cumprir com excelência qualquer missão, honrando o nome do Marechal João Propício, bem como representando a Terra dos Marechais, o Estado do Rio Grande do Sul, o Exército e a Nação Brasileira!

Livro do 9º RCB - Regimento João Propício, 1ª Edição (2016), escrito pelos autores: Cel Cav Evandro Itamar Lupchinski, Cel Inf Vet Luiz Ernani Caminha Giorgis e ST Cav Vet Osório Santana Figueiredo; Arquivos do 9º RCB.



GALERIA DE COMANDANTES

2º CORPO DE TREM - 28 SET 1918  
4º CORPO DE TREM - 1º JUN 1919

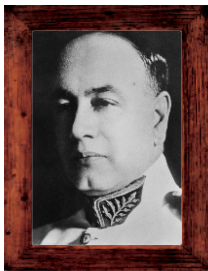


MAJ CAV  
VALÉRIO BARBOSA  
FALCÃO  
28 SET 18 12 AGO 19



TEN CEL CAV  
ANTONIO DE SANTA  
CRUZ P. DE ABREU  
12 AGO 19 19 MAR 20

14º REGIMENTO DE CAVALARIA  
INDEPENDENTE - 31 DEZ 1921



TEN CEL CAV  
JOÃO BATISTA PIRES  
DE ALMADA  
29 ABR 20 08 MAI 23



TEN CEL CAV  
MANOEL FRANCISCO  
DA SILVA CALDAS  
16 MAI 23 04 JAN 26

9º REGIMENTO DE CAVALARIA INDEPENDENTE - 11 JUL 1924



TEN CEL CAV  
JOAQUIM FERNANDES  
BRANDÃO  
23 DEZ 26 14 MAI 27

TEN CEL CAV  
ANTÔNIO DIAS T.  
DE MESQUITA  
09 JUN 27 11 ABR 28

TEN CEL CAV  
LUIS CARLOS DE  
MORAIS  
01 NOV 28 04 ABR 29

TEN CEL CAV  
MANOEL ALEXANDRINO  
FERREIRA DA CUNHA  
04 ABR 29 14 OUT 29

TEN CEL CAV  
LEOPOLDO D' ALMADA  
RODRIGUES  
14 OUT 29 04 OUT 30

TEN CEL CAV  
JOSÉ PINTO  
BARRETO  
04 JAN 33 28 NOV 34

TEN CEL CAV  
DEOCLECIANO XAVIER  
DE SOUZA  
24 JAN 35 22 JAN 37



TEN CEL CAV  
HIPÓLITO PAES DE  
CAMPOS  
22 JAN 37 11 AGO 37

TEN CEL CAV  
RUI ZUBARAN  
07 OUT 37 05 JAN 38

TEN CEL CAV  
DIÓGENES ANACLETO  
DIAS DOS SANTOS  
09 MAI 40 26 JUN 40

TEN CEL CAV  
MÁRIO FERNANDES  
DE ALMEIDA  
31 OUT 41 26 JAN 42

TEN CEL CAV  
EPIFÂNIO ALVES  
PEQUENO FILHO  
05 MAR 42 10 JUN 43

TEN CEL CAV  
ESMAEL SÁ MEDEIROS  
01 JUL 43 08 FEV 45

TEN CEL CAV  
CARLOS MENNA  
BARRETO  
27 FEV 45 04 ABR 46

9º REGIMENTO DE CAVALARIA - 15 MAIO 1946



TEN CEL CAV  
FRANCISCO DE PAULA  
EDGE DE MENDONÇA  
04 ABR 46 15 DEZ 48

TEN CEL CAV  
MÁRIO DE ALMEIDA  
BRANDÃO  
02 ABR 49 28 JUN 52

TEN CEL CAV  
ANTÔNIO GONZAGA  
FREIRE  
27 AGO 52 05 FEV 53

TEN CEL CAV  
ORLANDINO DE  
MATTOS  
01 ABR 53 06 ABR 54

TEN CEL CAV  
MAURILO M. BARRETO  
BENAVIDES  
19 JUN 54 23 OUT 54

TEN CEL CAV  
FERNANDO BELFORD  
BETHLEM  
26 FEV 55 02 ABR 56

TEN CEL CAV  
LUIZ DE FREITAS  
LIMA  
11 JAN 57 21 JAN 58

A INTEGRAÇÃO HISTÓRICA DO FUTEBOL PRATICADO PELO REGIMENTO EM SÃO GABRIEL

O futebol em São Gabriel tem suas raízes desde 1909, quando o esporte foi introduzido por Ramón Monteavaro, criador do primeiro time, o Sport Club Gabrielense. Ao longo dos anos, diversos clubes surgiram na cidade, como o Sport Club Cruzeiro, Sport Club 247 e o Athletico Artilharia Foot Ball Club, este último ligado ao 6º Grupo de Artilharia, onde hoje encontra-se o 6º BE Cmb.

Ao chegar em São Gabriel em 1924, o esporte predominante no 9º Regimento de Cavalaria Independente era o equestre. No entanto, diante do crescente fervor pelo futebol na cidade, o Regimento integrou-se ao cenário esportivo de maneira sublime, fundando o Grêmio Sportivo Militar (GSM), em 18 de outubro de 1924 (Figura 1).

Figura 1



Fonte: Douglas Rambor

Embora não haja registros do primeiro jogo, há informações sobre um amistoso realizado em março de 1931, no qual derrotou o Artilharia F.B.C. por 2 a 1, em um dos mais celebrados clássicos militares da cidade.

Em 1932, o GSM assumiu um papel central no cenário esportivo de São Gabriel, ao se afiliar à Liga Desportiva Gabrielense (LDG), juntando-se a outros times locais.

Em 1933, o GSM sagrou-se Campeão Municipal, mostrando sua força e determinação em campo e uma marca indelével na história esportiva local (Figura 2).

Figura 2



Um marco histórico foi a criação do primeiro hino de um clube de futebol em São Gabriel, em 1934. O dobrado foi composto pelo 1º Sargento Vicente Caldivino, regente da banda de música do 9º RCI, em uma homenagem ao S.C. 247, uma equipe de destaque na cidade.

Em 1935, um jogo memorável aconteceu entre o Artilharia F.B.C. e o GSM, disputado no "ground" da Praça da Caridade. Foi marcado pela rivalidade entre as equipes, pois haviam rumores de brigas e ninguém queria apitar. Então, o árbitro Adair Menna Barreto de Abreu garantiu uma partida disputada de forma justa. O GSM saiu vitorioso, com um placar de 3 a 0, reforçando sua posição como um dos principais times do futebol local. Neste mesmo ano, o GSM filiou-se à Federação Rio-Grandense de Desportos (FRGD), sendo um marco significativo na história do time.

Em 1936, houve uma fusão temporária das equipes militares da guarnição, dando origem ao Botafogo F.B.C., o qual sagrou-se campeão da Zona Fronteira em 1936, chegando às finais do Campeonato Estadual, ao lado de outros campeões regionais como o Internacional de Porto Alegre, Novo Hamburgo, Riograndense de Santa Maria e Rio Grande. Fato curioso foi a sua eliminação contra o Novo Hamburgo por 11 a 0. Relatos indicam que o ineditismo de uma partida noturna e um jantar reforçado oferecido pelos adversários, podem ter influenciado no desempenho do time.

O Grêmio Sportivo Militar teve uma participação destacada nos campeonatos municipais, conquistando o vice em 1945 (Figura 3) e campeão em 1946 (Figura 4).

Figura 3





O Parque das Carretas, desde 2009, por meio da centralização de várias entidades em um condomínio de galpões-sede locado pela prefeitura, impulsiona o setor de eventos tradicionalistas da comunidade gabrielense, principalmente após dois anos de pandemia e de regramentos que foram danosos ao setor cultural e econômico local. Assim, o 9º RCB, ao promover jantares, encontros e torneios de truco no Galpão-Sede do CTG Lenço Verde dentro do referido parque, une esforços culturais integrados junto à Coordenadoria Tradicionalista Municipal que, todas as noites, fornece a continuação dos referidos eventos, promovendo bailes, atrações e outros shows organizados em grande escala (Figuras 12 e 13).

Figura 12



Figura 13



O 9º RCB, em todas as ocasiões supracitadas, ao longo de mais de 40 anos de existência do CTG Lenço Verde, sempre contou com a participação efusiva do seu efetivo e da sua família militar, sempre se aproximando fortemente da cultura local (Figuras 14 a 16).

Figura 14



Almoço da ASMIR

Figura 15



Chá das Esposas de Militares

Figura 16



Momento com os motoristas tradicionalistas

Dessa forma, o Regimento João Propício sempre buscará manter essa importante entidade tradicionalista local conquistada, preservando suas equipes ativas nas diversas atividades da arte gaúcha, as quais integram-se intensamente ao povo gabrielense, bem como valorizam a sua presença e a dimensão humana da Força no município e região.

## GALERIA DE COMANDANTES



TEN CEL CAV CANDIDO CARVALHO CRUZ 07 ABR 58 13 JUN 59  
TEN CEL CAV OTERO VALLI 13 JUN 59 25 MAI 60  
TEN CEL CAV SABINO COTEGIPE DA CUNHA 20 JUL 60 05 JAN 66  
CEL CAV JOSÉ LUCHSINGER BULCÃO 15 MAR 66 11 MAR 69

### 9º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO - 31 OUT 1968



TEN CEL CAV NEY LAURO NUNES DE CARVALHO 11 MAR 69 16 MAR 71  
CEL CAV ALBERTO BAYARDO PEREIRA JACOBINA 16 MAR 71 21 AGO 73  
TEN CEL CAV PAULO RAFAEL M. DE AZAMBUJA 22 AGO 73 23 JAN 76  
TEN CEL CAV RAYMUNDO T. DE M. QUADROS FILHO 23 JAN 76 05 JUL 76  
CEL CAV EDSON ALVES MEY 08 NOV 76 07 FEV 79  
CEL CAV DARCI SEVERO SOARES 07 FEV 79 10 FEV 81  
CEL CAV CARLOS EURICO MEYER DE MESQUITA 10 FEV 81 28 JAN 84



CEL CAV CARLOS EDUARDO SAMPAIO PAIVA 28 JAN 84 29 JAN 86  
CEL CAV RUBENS LEON DE MELLO 29 JAN 86 09 FEV 88  
CEL CAV ARIDIO MARIO DE SOUZA FILHO 09 FEV 88 31 JAN 90  
CEL CAV IVAN GIGLIO DE CARVALHO 31 JAN 90 30 JAN 92  
CEL CAV EVANDRO RODRIGUES SOARES 30 JAN 92 01 FEV 94  
TEN CEL CAV PAULO CESAR CARNEIRO DO AMARAL 01 FEV 94 01 FEV 96  
CEL CAV SERGIO RENATO BRASIL UBERTI 31 JAN 96 31 JAN 98



CEL CAV CESAR AUGUSTO SKILHAN TEIXEIRA 31 JAN 98 19 JAN 01  
CEL CAV LUIZ FERNANDO AZEVEDO GARRIDO 19 JAN 01 12 JAN 2004  
CEL CAV PAULO CONTIERI 12 JAN 2004 19 JAN 2006  
TEN CEL CAV RICARDO MARCOS 19 JAN 2006 14 JAN 2008  
TEN CEL CAV ERNESTO PRIMO ARAGÃO BARROS 14 JAN 2008 18 JAN 2010  
CEL CAV UBIRAJARA BRANDT RODRIGUES 19 JAN 2010 17 JAN 2013  
TEN CEL CAV MAURICIO DE AGUIAR VILLAR 17 JAN 2013 15 JAN 2015



CEL CAV EVANDRO ITAMAR LUPCHINSKI 15 JAN 2015 12 JAN 2017  
TEN CEL CAV MARCOS ESPELLET MENEZES 12 JAN 2017 18 JAN 2019  
CEL CAV ROCCO FIGUEIRÓ ROSITO 18 JAN 2019 03 DEZ 2020  
TC CAV ADRIANO POSSETTI DE SOUZA DIAS 03 DEZ 2020 12 JAN 2023  
TC CAV CAMILO AUGUSTO DE LIMA MOTA 12 JAN 2023



**HISTÓRIA DO PATRONO DO REGIMENTO  
MARECHAL DE CAMPO  
JOÃO PROPÍCIO MENNA BARRETO  
Patrono do 9ºRCB**

Nasceu na cidade de Rio Pardo, a 5 de agosto de 1808. Era filho do Marechal de Exército João de Deus Menna Barreto e de Dona Rita Bernardes Cortês de Figueiredo Menna, ambos Viscondes de São Gabriel. Assim, herdou honrosamente a progênie de uma família ilustre, que deu ao Brasil várias gerações de notáveis soldados guerreiros, bravosevalorosos.



Em 27 de julho de 1820, aos doze anos de idade, assentou praça como 1º Cadete do Regimento Dragões de Rio Pardo. Seis anos depois, foi designado para o 5º Regimento da 4º Brigada de Cavalaria, que estava sediado em Montevideu. Naquela época, a Província Cisplatina (atual Uruguai) era parte do Império do Brasil e este lutava contra argentinos e uruguaios independentistas na chamada Guerra da Cisplatina. Desse modo, a 20 fevereiro de 1827, recebeu o seu batismo de fogo na célebre Batalha do Passo do Rosário, sendo que durante a guerra foi promovido a Alferes em 12 de outubro de 1827. Terminada a guerra em 1828, foi transferido para o 2º Corpo de Cavalaria.

Em 1832, pediu afastamento do Exército e, ao voltar para o seio da família, estabeleceu-se em São Gabriel como fazendeiro. Todavia, após rebentar a Revolução Farroupilha em 1835, retornou como 2º Tenente, e logo em seguida ao posto de Capitão a frente do 3º Corpo de Guardas Nacionais, lutando contra os “farrapos” desde o início. Nesse período, foi preso injustamente por seu Comandante, o Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, que rompeu com as tropas imperiais e aliou-se aos revolucionários. Tendo sido perseguido e obrigado a abandonar sua próspera estância à mercê dos rebeldes, conseguiu escapar com alguns homens e voltou a lutar pela legalidade. Assim, ao longo de anos de lutas contra os inimigos da ordem e tranquilidade públicas da sua terra natal, nos quais demonstrou elevado denodo, coragem e bravura, angariou os postos de Major e Tenente-Coronel, as condecorações de “Oficial da Ordem da Rosa” e “Hábito de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro”, bem como sobejas qualidades de comando.

Em 1843, foi elevado a Coronel-Chefe de Legião da Guarda Nacional, assumindo o Comando da 3ª e da 7ª Brigada, bem como da Guarnição da Vila de São Gabriel. Logo após o término da Revolução Farroupilha, em 1845, foi nomeado Coronel Honorário do Exército, onde comandou a 4ª Brigada e Fronteira de Alegrete. Nesse mesmo ano, foi efetivado neste posto, no qual passou para a 1ª Linha do Exército como Comandante do 4º Regimento de Cavalaria Ligeira. Pouco tempo depois, em 1849, foi designado para comandar a 3ª Brigada e, ainda no mesmo ano, a 6ª Brigada e Fronteiras de Jaguarão, Bagé, Quaraí e Missões, sendo que em 1850 deixou o Comando das Missões.

Em 1851, foi transferido para o Comando da 3ª Brigada da 1ª Divisão Auxiliadora, que era comandada pelo General Bento Manuel Ribeiro, seu antigo Comandante na Guerra dos Farrapos. À frente da 3ª Brigada, marchou para o Uruguai e lutou na Guerra contra Oribe e Rosas, sob o comando geral do Conde de Caxias. Após essa guerra, assumiu o Comando da Fronteira de Bagé em 1852, recebendo aí a Medalha de Ouro concedida aos oficiais que participaram da Campanha do Uruguai e, em 1853, como recompensa, foi nomeado “Oficial da Ordem do Cruzeiro”.

Figura 5



Figura 6



Figura 7



Contudo, em março de 2020, o CTG Lenço-Verde passou por uma fase de estagnação por conta da pandemia do COVID-19, vírus que assolou o mundo, impondo o encerramento de todas as suas atividades por tempo indeterminado, bem como influenciando a saída de peões, prendas e colaboradores que integravam as invernadas. Essa saída causou uma pausa nas atividades do CTG de aproximadamente 2 anos, o qual somente pode ser reativado em junho de 2023, com o propósito de mais uma vez incentivar e fomentar os bons costumes, tais como a manutenção do seu legado por meio de uma patronagem.

A partir das iniciativas da Nova Patronagem, foram realizadas outras atividades, tais como uma Penha acompanhada de um jantar para as famílias que apoiaram o evento e demais militares, visando ali uma nova oportunidade de levantar o bom nome do CTG novamente (Figuras 9 a 11).

Figura 9



Figura 10



Figura 11



Ainda no ano de 2023, o CTG Lenço Verde participou junto à comunidade gabrielense da Cavalgada da Chama Crioula e, posteriormente, de toda a Semana Farroupilha no seu Galpão-Sede, situado dentro do Parque Farroupilha Rincão das Carretas, organizado e gerido pelo município.



A INTEGRAÇÃO DO REGIMENTO COM A CULTURA LOCAL  
POR MEIO DO CTG LENÇO VERDE

Fundado em 25 de março em 1984, com objetivo de integrar militares da ativa, da reserva, civis e seus familiares, o CTG Lenço Verde foi sempre motivo de muito orgulho para quem cultua e mantém os bons costumes tradicionalistas da região. O CTG Lenço Verde é filiado ao Movimento Tradicionalista Gaúcho por meio da 18ª Região Tradicionalista, que abrange as áreas de 12 municípios: Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento e São Gabriel (Figura 1).

Figura 1



No ano de 2018, a entidade atingiu um dos seus maiores ápices, participando do ENART - Encontro de Artes e Tradição Gaúcha, onde entre seus participantes, somavam-se mais de 3 mil inscritos distribuídos em diversas categorias. Outro evento marcante para a história desta tradicional entidade foi o 4º Rodeio Artístico sediado no Clube dos Subtenentes e Sargentos, ocorrido em 2019, que contou com a participação das internadas pré-mirins, mirins e juvenis, assim como as apresentações dos campeonatos de chula e de declamações, os quais movimentaram significativamente a família militar da Guarnição, integrando o público civil e militar de São Gabriel com a participação de seus Centros de Tradições Gaúchas e Piquetes (Figuras 2 a 4).

Figura 2



Figura 3



Figura 4



A entidade tradicionalista, desde que foi fundada, sempre buscou estreitar cada vez mais os laços construídos no âmbito militar com os do público civil de São Gabriel. Para isso, o CTG busca se manter participando anualmente de atividades como recultas, rodeios, cavalgadas e desfiles na Semana Tradicionalista do Vinte de Setembro (Figuras 5 a 7).

Em 1854, recebeu nova ordem para marchar até Montevideu, comandando a 1ª Brigada da Imperial Divisão Auxiliadora, a fim de diminuir as lutas partidárias no Estado Oriental. Quando regressou em 1855, assumiu a chefia da 4ª Brigada e da Guarnição de São Gabriel, sendo promovido ao posto de Brigadeiro. No ano seguinte, foi promovido a Brigadeiro Graduado (atual General de Brigada) e, em 1857, foi nomeado comandante da 1ª Divisão de Corpo de Exército de Observação. Ainda em 1857, passou a Brigadeiro Efetivo e, por Carta Imperial de 15 de março de 1858, foi nomeado 1º Vice-Presidente do Rio Grande do Sul, sendo honrado com a “Dignitária Ordem do Cruzeiro do Sul”.



Durante o ano de 1858, casou-se com a Senhora Francisca Palmeiro Pinto da Fontoura e tiveram seis filhos, todos nascidos em São Gabriel. Deixou, ainda, dois filhos havidos em estado de solteiro, por ele reconhecidos e legitimados, ambos também nascidos em São Gabriel.

Em 1863, em virtude dos seus reconhecidos serviços prestados ao Brasil, foi condecorado “Comendador da Ordem da Rosa” e, em 1864, foi promovido ao posto de Marechal de Campo, assumindo o Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul, sendo que esta honrosa incumbência foi assumida enquanto estava em São Gabriel.

Em 1864, mesmo doente e com as tropas carentes de recursos, cumpriu firmemente a ordem imperial para empregar a Força no Uruguai, pois o Governo estava indignado com os atos selvagens cometidos contra os brasileiros que lá viviam. Assim organizou o “Exército do Sul” e marchou, a fim de pacificá-lo como já o fizera antes. Após ferozes combates na conquista de Paysandú, ocupa Montevideu, forçando a deposição de Aguirre. Terminada a campanha em 1865, contra a sua vontade, solicita dispensa por agravamento da sua doença, sendo agraciado com o título nobiliárquico de “Barão de São Gabriel” em recompensa aos brilhantes serviços prestados à Pátria durante as guerras do Sul. Concluída a Guerra do Uruguai, retorna a São Gabriel enfrentando moléstia pertinaz, vindo a falecer de tísica pulmonar na sua Estância da Boa Vista, próxima ao legendário Cerro do Batovi, a 9 de fevereiro de 1867.

Suas divisas, as quais explicam o seu estóico comportamento, eram:

- “O DEVER ACIMA DE TUDO”;
- “MESMO MORIBUNDO, O SOLDADO NÃO TEM O DIREITO DE NEGAR À PÁTRIA, EM SEUS DIAS DIFÍCEIS, OS SERVIÇOS RECLAMADOS POR ELA”.



Fonte:  
Livro do 9º RCB - Regimento João Propício, 1ª Edição (2016), escrito pelos autores: Cel Cav Evandro Itamar Lupchinski, Cel Inf Vet Luiz Ernani Caminha Giorgis e ST Cav Vet Osório Santana Figueiredo.



REGISTRO HISTÓRICO  
DA CONSTRUÇÃO DO AQUARTELAMENTO DO

A construção do quartel atual do 9ºRCB, como diz na placa afixada no Cassino dos Oficiais, foi iniciada em 1922 e concluída, provavelmente em 1925.

Quando o 14ºRCI chegou a São Gabriel em 09 de julho de 1924, o quartel ainda estava em final de construção, conforme deixa bem claro o Histórico.

O grande projeto de construção de novos aquartelamentos para o Exército foi de autoria do único Ministro civil da História do Exército Brasileiro (EB), o Dr. João Pandiá Calógeras.

Na década de 1920 foram construídos 61 novos aquartelamentos e recuperados outros 45 pelo programa do Ministro Calógeras, para melhorar as condições de vida dos militares no interior dos quartéis até então. Além desse fator, foi levada em conta a necessidade de armazenamento dos equipamentos e suprimentos em caso de mobilização. O programa não tinha precedentes na história do EB.

Conforme o próprio Ministro Calógeras afirmava, existiam estoques de estruturas metálicas completas, a preços bastante razoáveis, que pesaram na razão preponderante, em vista da economia de cerca de 50% sobre os tipos de quartéis em vigor na ocasião. Por esses estudos, esses quartéis foram construídos em pavilhões de um só pavimento com estruturas metálicas tipo “Milliken” americano, facilmente desmontáveis, cobertos com folhas de aço ondulado e pintado (texto adaptado pelos editores).



Instalações do 9º Regimento de Cavalaria concluídas

O Marechal Fernando Setembrino de Carvalho foi o sucessor, no Ministério da Guerra, do civil João Pandiá Calógeras. No que se refere à construção de quartéis do EB “tipo Calógeras” em todo o Brasil, Setembrino prosseguiu com o projeto de autoria de seu antecessor.

No Rio Grande do Sul, área de 3ª RM, foram construídos 26 novos quartéis a cargo da Companhia Construtora de Santos, propriedade de Roberto Simonsen, o qual subcontratou outras empreiteiras. Assim, essa companhia foi a principal empresa contratante construtora dos quartéis tipo Calógeras para todo o EB, incluindo o 9ºRCB.

Em 1924, as construções foram interrompidas em função das revoltas tenentistas e os trabalhos passaram a ser da Engenharia do Exército. No que se refere a Companhia de Santos, esta afastou-se das construções em janeiro de 1925. Dessa forma, 15 obras ficaram inacabadas e foram completadas posteriormente.

A seguir, imagens da construção do aquartelamento com o registro da atual utilização de cada prédio. Tais imagens foram obtidas no Acervo Histórico do 9ºRCB, bem como fornecidas pelo Professor Beraldo Santana Figueiredo.



Atualmente, o polo em São Gabriel é praticado com fervor nas áreas do Departamento de Polo, pertencente ao Centro Hípico do 9ºRCB, com a participação majoritária de militares. A cada ano, novos entusiastas civis e militares se juntam as suas fileiras, alimentando a chama desse esporte magnífico e garantindo que ele permaneça vivo e pulsante na cultura local.



Competição de Salto praticado na Carrière do Regimento

Para o Regimento, a prática e a evolução dos esportes equestres mostraram não apenas a importância do esforço logístico e dos atributos da área afetiva desenvolvidos pelos militares, mas principalmente os benefícios advindos de um esporte coletivo, que aperfeiçoa a consciência situacional em combate, assim como a socialização local e regional. Dessa forma, por meio do polo e do salto, além de manter e cultivar as tradições cavalarianas, o Regimento oportuniza a integração de esportistas civis e militares, bem como a dimensão humana da Força, fomentando o conagraçamento da família militar de diferentes cidades e guarnições.



Salto praticado por civil na Carriéri do Regimento



Salto praticado por militar na Carriéri do Regimento

Com a prática constante desses esportes, inferimos que a nossa brilhante Instituição realmente dispõe de meios necessários para tornar a vida profissional e familiar muito mais agradável e feliz, ao mesmo tempo que desenvolve um esporte integrado à sociedade civil.

Em um mundo sob constante mudança, onde as tradições muitas vezes cedem espaço para o novo, a integração dos esportes equestres com a comunidade gabrielense é um testemunho vivo da resiliência e do compromisso do Regimento João Propício em preservar sua herança cultural, celebrando não apenas seu centenário, mas também os laços indissolúveis que unem os gabrielenses aos seus cavalos e às tradições da Cavalaria do Exército Brasileiro.

Fontes:  
Livro do 9º RCB - Regimento João Propício, 1ª Edição (2016), escrito pelos autores: Cel Cav Evandro Itamar Lupchinski, Cel Inf Vet Ernani Caminha Giorgis e ST Cav Vet Osório Santana Figueiredo; Arquivos do 9º RCB;  
Livro “Iniciação ao Jogo de Polo”, escrito pelo Cel Cav Ruy Sampaio; Arquivos do 9º RCB.



A INTEGRAÇÃO DOS ESPORTES EQUESTRES DO REGIMENTO COM SÃO GABRIEL

O 9º Regimento de Cavalaria Blindado (9ºRCB), um dos quartéis pilares da história e da cultura de São Gabriel, celebra o centenário da sua chegada no município com uma integração cada vez mais profunda com a comunidade gabrielense, sendo os seus esportes equestres atividades altamente colaboradoras para isso. Desde os primórdios, a cultura do cavalo esteve intrinsecamente ligada à identidade gaúcha e militar, e hoje, essa tradição se manifesta de forma vibrante nos campos de polo e nas competições de hipismo do Regimento.



Equipe de Polo do Regimento quando ainda denominava-se 9ºRCI

O polo, esporte aristocrático e apaixonante, encontrou solo fértil em São Gabriel desde o início do século XX. Documentos históricos como o livro “Iniciação ao Jogo de Polo”, do Coronel Ruy Sampaio, nos transportam para uma era em que o polo já fazia parte do cotidiano gabrielense, datando de 1935. Com isso, é fascinante perceber que São Gabriel sempre se destacou como um dos principais centros do polo no Rio Grande do Sul, desde a sua chegada às américas na segunda metade do século XIX.

O Regimento João Propício, desde que chegou a São Gabriel, sempre desempenhou um papel crucial na integração dos esportes equestres com a comunidade local. Por meio do seu Centro Hípico, mantém vivas as tradições da Cavalaria do Exército Brasileiro, abraçando duas atividades principais: o hipismo, através do Departamento de Salto; e o Polo, praticado no seu Departamento de Polo. Este último é cultivado na Invernada do Regimento, que se situa dentro do seu Campo de Instrução, com o suporte de dois campos dedicados a esse nobre esporte.

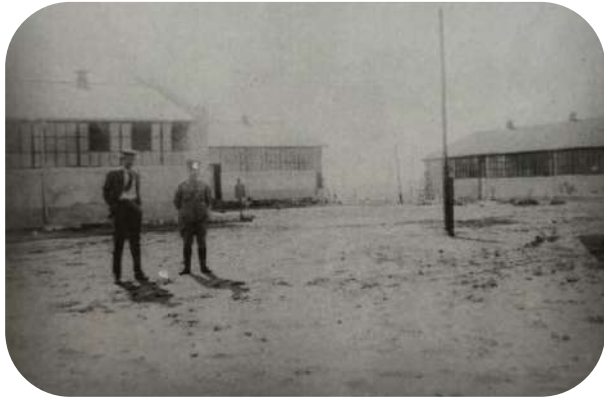


Polo praticado pelo 9ºRCB em área externa ao Regimento, provavelmente na década de 1970.



Polo praticado pelos militares do 9ºRCB e civis no seu Departamento de Polo, atualmente.

Quem assiste as magníficas competições hípcas do Regimento João Propício pode não notar toda a logística necessária para tais atividades. Tanto o polo quanto o salto demandam grandes espaços físicos, uma vez que os locais para a sua prática têm considerável extensão. Além disso, existem vários aspectos necessários para se ter segurança e qualidade nos locais praticados, que são as estruturas de apoio, como hospedarias, baias, ferradorias, atendimento veterinário, depósitos para encilhagens e rações, pontos de observação das competições pela assistência, pontos de hidratação/alimentação, estacionamento, apoio de saúde, etc.



À esquerda, o 1º Esqd CC; ao centro (fundos), o 1º Esqd CC e a Estação Rádio RS 24; à direita, o Refeitório de Cb/Sd.



À esquerda, Esqd C Ap; ao centro (esq.), FSR; ao centro (direita), Alojamento do Esqd C Ap; e à direita, pavilhão de comando do Esqd C Ap.



Pavilhões do 3º Esqd Fuz Bld



Interior de um dos pavilhões



Fundos de um pavilhão do 3º Esqd Fuz Bld



Formação Sanitária Regimental



Instalações da Oficina Regimental



Construção de um pavilhão do Regimento

Fontes:  
Livro do 9º RCB - Regimento João Propício, 1ª Edição (2016), escrito pelos autores: Cel Cav Evandro Itamar Lupchinski, Cel Inf Vet Luiz Ernani Caminha Giorgis e ST Cav Vet Osório Santana Figueiredo;  
Arquivo pessoal do Professor Beraldo Santana Figueiredo.





# EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO 9ºRCB



Sua efetiva implantação ocorreu somente em 28 Set de 1918, data que é comemorado seu aniversário, quando foi instalado na Fazenda Monte Bello, em Juiz de Fora, estado de MG.

A construção do Regimento em São Gabriel-RS, no período de 1922 a 1925, faz parte dos 20 quartéis chamados "desmontáveis", adquiridos na França pelo então Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, os quais eram assim chamados em virtude dos materiais e das técnicas utilizadas na sua construção.

Participou da Revolução de 1930.

Recebeu a denominação histórica de "Regimento João Propício", em homenagem aos inestimáveis serviços prestados pelo bravo Marechal João Propício Menna Barreto. O Patrono do Regimento combateu em diversas guerras, desde a Guerra da Cisplatina, Revolução Farroupilha, Guerra do Prata até a Guerra do Uruguai (1864), quando, como Comandante do Exército do Sul, conquistou Paysandu e ocupou Montevidéu, o que acarretou na deposição de Aguirre.

Passou a ser denominado apenas de "9º Regimento de Cavalaria".

A contar de 1º Jan 1969, recebeu a denominação definitiva de "9º Regimento de Cavalaria Blindado". Em maio desse mesmo ano houve a extinção do 3º RC Moto e a incorporação do seu pessoal e material ao 9º RCB.

Em 1972, os CC M3 Stuart foram transferidos para o 6º RCB (Alegrete) e em 1973, o Regimento recebeu as VBC CC - M4 A1 Sherman.

Ocorreu o traslado dos restos mortais do Patrono do 9º RCB, do Cemitério Municipal para o seu Panteão no interior do Regimento.

Participou da Missão de Paz da ONU no Haiti - MINUSTAH (BRABAT 2/14).

Participou da segurança dos jogos da Copa do Mundo, em Porto Alegre.

Participou da Missão de Paz da ONU no Haiti - MINUSTAH (BRABAT 23).

Participou da segurança das Olimpíadas, no Rio de Janeiro.

Participou da Operação COVID-19, em Porto Alegre.

Completo 100 anos de implantação.

Recebeu as VBTP M113-BR em substituição às VBTP M113-B.

1915: Sua criação remonta a 25 Fev 1915, quando foi instituído com a denominação de 2º Corpo de Trem.

1921: Em 31 Dez de 1921, passou a denominar-se 14º Regimento de Cavalaria Independente.

1924: O 14º RCI foi transferido para São Gabriel-RS, sendo efetivamente aquartelado em sua nova sede a 9 Jul, e passando a denominar-se 9º Regimento de Cavalaria Independente, a contar de 11 Jul 1924.

1932: Lutou em campos paulistas durante 3 meses contra os insurgentes da Revolução Constitucionalista de 1932.

1939: Houve uma Romaria Cívica em homenagem ao Patrono do 9º RCI.

1945: Enviou militares para fazer parte do contingente da FEB, na Segunda Guerra Mundial.

1969: Em decorrência do processo de modernização do Exército, a transformação do regimento de cavalaria em regimento de cavalaria blindado se deu num contexto de evolução, ditado pelo combate moderno e pelo recebimento das VBTP M113 e dos CC M3 A1 Stuart.

1981/83: Foi criada a Canção do 9ºRCB.

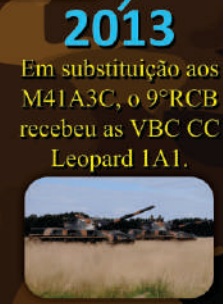
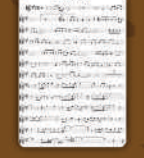
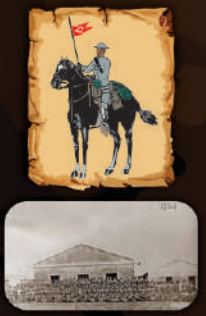
1989: Recebeu os CC M41 Walker Bulldog em substituição às VBC CC - M4 A1 Sherman.

2012: Participou da Op Arcanjo, no complexo Penha-Alemão, no Rio de Janeiro.

2015: Participou da Op São Francisco, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

2019: Participou da Op Acolhida, em Boa Vista. Neste mesmo ano, em substituição às VBC CC Leopard 1A1, o 9ºRCB recebeu as VBC CC Leopard 1A5.

2024: Participou da Op Taquari 2, em Eldorado do Sul e em Porto Alegre.





Termo de Referência 23/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2024	160430-9 REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO/RS	MURILO DA SILVA SILVEIRA	18/07/2024 09:17 (v 8.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64668.004358 /2024-26

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

9º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO

(Processo Administrativo nº64668.004358/2024-26)

1.1. Contratação de serviços confecção de revista em comemoração ao centenário do regimento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	Revista formato A3 (aberta), e A4 (fechada). Material: capa de papel couchê 300g plastificada e miolo em papel couchê 115g, sendo 8 (oito) folhas A3, 4x4 cores, dobrado ao meio e com acabamento de grampos no meio.	19275	UND	1435	R\$ 8,25	R\$11.838,75

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados do(a) envio da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Conforme Inciso IV, do Art. 7º, do DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022. "Ficam dispensadas de registro no plano de contratações anual:

IV - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **3. Descrição da solução como um todo**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 O serviço deverá ser desenvolvido por empresa e pessoal especializado.

4.1.2. O serviço deverá considerar medidas de gestão de resíduos, buscando minimizar a sua geração e promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados

4.1.3. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; 4.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.5. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação não há indicação de marcas ou modelos.

### **Subcontratação**

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.



**Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência de garantia de contratação dos artigos 96 da Lei 14.133/21, pelas razões especificadas no ETP.

**Vistoria**

4.6. Não há necessidade de avaliação prévia do local de execução do serviço.

**5. Modelo de execução do objeto****Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho;

5.1.2. O prazo de prestação dos serviços (entrega das revistas) é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 Os serviços serão prestados em data e hora comercial e deverá ser previamente definido com o Fiscal de Contrato, designado pela administração do 9º Regimento de Cavalaria Blindado.

5.1.2.2. As revistas deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Francisco Hermenegildo, 1874, Bairro Independência, São Gabriel-RS CEP: 97.313-272. Reforçando que as custas de envio serão por conta da contratada.

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Não se aplica na presente contratação

**Materiais a serem disponibilizados**

5.3. A cargo da contratada.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **7. Critérios de medição e pagamento**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5.(cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho

e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Forma e critérios de seleção e regime

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o direto.

### Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

1.

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

**8.10. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.11. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.12. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.13. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.15. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



**Qualificação Econômico-Financeira**

8.27. Exigência dispensada, com o amparo no art. 70, III da Lei n.º 14.133, de 2021, por se tratar de uma contratação com previsão para entrega imediata e o objeto desta contratação é considerado de baixa complexidade.

**Qualificação Técnica**

8.28. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9. Estimativas do valor da contratação**

**Valor (R\$):** 11.838,75

ITEM	QTDE( UND)	MÉDIA ESTIMADA
Revista formato A3 (aberta), e A4 (fechada). Material: capa de papel couchê 300g plastificada, e miolo em papel couchê 115g, sendo 8 (oito) folhas A3, 4x4 cores, dobrado ao meio e com acabamento de grampos no meio	1435	R\$ 11.838,75

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 11.838,75 (onze mil oitocentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme custos médios expostos na tabela acima.

**ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 167430

II) Fonte de Recursos: 1050000142

III) Programa de Trabalho:171502


IV) Elemento de Despesa: 339032

V) Plano Interno: IXAPFUNADOM e IXAPFUNCERI

VI) Valor do Crédito Disponível: R\$ 11.878,00

## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **ANDREY DE ANDRADE FORNOS**  
Data: 18/07/2024 09:20:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANDREY DE ANDRADE FORNOS**

Resp p/ Chefe do Almoxarifado



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
9º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO  
“REGIMENTO JOÃO PROPÍCIO”

DISPENSA DE LICITAÇÃO NR 90018/2024

**AUTORIZAÇÃO E DESPACHO ORDENADOR DE DESPESAS**

1. Em conformidade com o Inc. VIII, Art. 72 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, autorizo o início do processo de contratação direta através de Dispensa Eletrônica, fundamentado no Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21, para aquisição de material.
2. De acordo com o Inc. IV, Art. 72 da Lei 14.133/21, informo que as despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta de provisão específica da nota de crédito e dotação abaixo discriminadas:
- | UGR    | NC                           | ESF | PTRES  | PI                         | FONTE      | ND     |
|--------|------------------------------|-----|--------|----------------------------|------------|--------|
| 167086 | 2024NC001670<br>2024NC400595 | 1   | 171502 | IXAPFUNCERI<br>IXAPFUNADOM | 1050000142 | 339032 |
3. A contratação do presente serviço não está prevista no Plano Contratação Anual desta Organização Militar(PCA - 2024) conforme Inciso IV, do Art. 7º, do DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022.
4. Objetivo Estratégico: Esta contratação está alinhada às diretrizes internas de planejamento, de acordo com os Objetivos Estratégicos estabelecidos no plano de gestão da OM, conforme Objetivo Estratégico OE2 – Otimizar a Gestão do bem público.
5. O fiscal de contrato para esta contratação será o 3º Sgt Lucivania.
6. Determino que a seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC e demais seções interessadas adotem as providências pertinentes.

São Gabriel-RS, 16 de julho de 2024.

GIULIANO ARAGONEZ GUARIENTI– TC  
Ordenador de Despesas Substituto do 9º RCB